

Ata nº 3 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. **Informações gerais;**
2. **Constituição de Grupos Parlamentares de Amizade;**
3. **Análise e discussão de propostas para o Regulamento interno da Comissão e do Plano de atividades para a XIII Legislatura;**
4. **Análise e discussão das grelhas de distribuição de iniciativas legislativas e outras;**
5. **Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016;**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que requer a audição do Observatório da Emigração;**
7. **Aprovação de ata n.º 2/XII/1ª;**
8. **Outros assuntos.**

Ponto 1.

Aberta a reunião, o Senhor **Presidente** da Comissão deu as boas vindas a todos os Deputados, tendo informado a Comissão sobre:

A comunicação do Despacho PAR n.º 13/XIII (Transição de Petições dirigidas à A.R.), lembrando que a CNECPC tem apenas uma Petição (a n.º 526/XII/4.ª _ Apoio à reabilitação de militares ucranianos), de que é Relator o Deputado F. Lobo d'Ávila (CDS/PP), questionando-o sobre se mantém tal posição.

Intervindo, o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** confirmou a sua manutenção como Relator da referida Petição.

De seguida, o Senhor **Presidente** informou que a Súmula da última Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares já foi distribuída por *mail* para os diferentes grupos parlamentares.

Finalmente, o Senhor **Presidente** deu a conhecer um pedido de audiência conjunta ao Presidente e Coordenadores das 1.^a, 2.^a e 4.^a Comissões parlamentares permanentes, para o próximo dia 10 de dezembro, formulado pelo senhor Guillermo Fariñas, ativista político cubano que irá ser agraciado, na mesma data, com o Prémio dos Direitos Humanos da Assembleia da República, por ocasião do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Dado que na mencionada data existem reuniões marcadas em diversos grupos parlamentares, ficou decidido reabordar a questão na próxima reunião da Comissão.

Ponto 2.

Relativamente à matéria constante deste Ponto, relembrou o **Presidente** terem já sido difundidos pelos diferentes grupos parlamentares o resumo dos Grupos Parlamentares de Amizade transitados da anterior legislatura com as anotações discutidas na última reunião, aguardando que os diferentes grupos parlamentares, tal como ficou acordado, apresentem as suas sugestões o mais rapidamente possível.

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para informar que o seu grupo parlamentar vai enviar as suas propostas sobre esta matéria, tendo em conta a necessidade de racionalizar a existência dos Grupos Parlamentares de amizade.

Ponto 3.

Relativamente a esta matéria, informou o Senhor **Presidente** apenas ter recebido contributos do PS e do CDS/PP, reafirmando a necessidade de fazer chegar aos serviços as propostas dos restantes grupos acerca do Plano de Atividades da Comissão.

Ponto 4.

Transitados para este ponto, o Senhor **Presidente** apresentou as diferentes grelhas, tanto de distribuição de iniciativas, como de tempos de intervenção, as quais se mantêm da legislatura passada. No primeiro caso, defendeu a necessidade de condensar toda a variedade de grelhas apresentadas, no máximo em três tipos diferentes, consoante a natureza das matérias, sublinhando, porém, deverem as mesmas respeitar a regra de Hondt, em proporção da representatividade dos diferentes grupos parlamentares.

Pelo eu antecede, ficou assente que as grelhas em apreço seriam revistas e apresentadas

para aprovação na próxima reunião.

Ponto 5.

Relativamente ao Programa de Trabalho da EU para 2016, pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, referindo que a seleção das matérias a escrutinar deve ser mais seletiva em função do maior interesse e utilidade das matérias, abandonando a prática do antecedente, onde o excesso de ambição quantitativa acabou por prejudicar a discussão mais profunda de matérias relevantes. Porém, frisou, uma maior parcimónia na seleção das matérias não deve acarretar uma redução do trabalho a produzir.

Interveio o Senhor **Presidente** para manifestar a sua concordância com a intervenção anterior, propondo a imediata indigitação de um Deputado Relator para efetuar a condensação da matéria, devendo os serviços enviar aos coordenadores de cada grupo parlamentar a informação documental necessária. Tendo em conta os resultados do escrutínio eleitoral e não obstante a inexistência de grelha de distribuição já aprovada, propôs a indigitação por parte do PSD de um Deputado para assegurar o encargo em causa, solução que será naturalmente revertida na escala de distribuições, logo que a grelha respetiva venha a ser aprovada.

Intervindo, solicitou o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** a indicação *a posteriori* do Relator do seu grupo parlamentar.

Interveio o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** para acompanhar a posição do Presidente acerca desta matéria, acrescentado que ao seu grupo parlamentar interessa não só a relevância como a oportunidade e a hierarquia das matérias, pois não interessa privilegiar documentos secundários ou em fase final de preparação.

Interveio, ainda, o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para referir que, embora concordando genericamente com o teor da anterior intervenção, o seu grupo parlamentar não deixará de avaliar em concreto os critérios de seletividade das matérias a escrutinar, de forma a não deixar de fora a abordagem de temas que considere relevantes. Defendeu a necessidade de evitar duplicidade de apreciação em matérias comuns com a 4.^a Comissão, o que permitirá canalizar esforços para apreciar outras matérias.

Voltou a intervir o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** para sublinhar o facto de, independentemente de uma maior seletividade, não poder a 2.^a Comissão deixar de pronunciar-se acerca de certas matérias centrais.

Finalmente, interveio o Senhor **Presidente**, salientando que a 2.^a Comissão nunca deixará de marcar o seu ponto de vista relativamente às matérias que entenda considerar mais relevantes. Referiu ser natural e frequente a existência de conflitos positivos de competências entre Comissões, as quais devem ter o tratamento por quem nos termos regimentais tem poderes para fazê-lo.

A finalizar, lembrou o Senhor **Presidente** que a próxima reunião terá lugar no dia 24 de Novembro, pelas 16 horas, pelo que, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta minutos.

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** para manifestar inteira concordância quanto à necessidade de, independentemente de qualquer interdisciplinaridade, dever sempre e quanto a matérias-chave reservar-se a posição da 2.^a Comissão.

Ponto 6.

Relativamente a este ponto, foi dada a palavra ao grupo parlamentar do PCP para apresentar o seu Requerimento, tendo a Senhora **Deputada Carla Cruz** explicado o âmbito e objetivos do mesmo, sublinhando a necessidade de dar cumprimento a uma deliberação anterior da Assembleia da República, assim concluindo pela necessidade de a Comissão proceder a audição do Observatório da Emigração.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** para anunciar a concordância do seu grupo parlamentar com o requerido pelo PCP, dado ser relevante apreciar os fluxos populacionais dos portugueses na Europa e no Mundo. Manifestou, ainda, a curiosidade em poder apreciar os dados recentes do Observatório acerca desta matéria, lembrando ter sido no tempo do XIX Governo que se verificou a divulgação do maior número de dados desde sempre, relativamente à questão em apreço.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** manifestando concordância do seu grupo parlamentar quanto à audição requerida pelo PCP. Com efeito, os dados anuais produzidos pelo Observatório, habitualmente divulgados no início do verão, foram

desta feita adiados, deixando no ar a ideia de ter existido pressão política do Governo para tal, dada a informação referente ao aumento da emigração portuguesa poder contender com o momento eleitoral. Mais grave, porém, foi o corte no orçamento atribuído pelo Governo àquele Observatório, sentenciando-o de morte, facto que seria lamentável se atendermos ao trabalho de recolha e análise da informação produzida pelo mesmo, que muito poucas instituições asseguram em Portugal.

Também interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para declarar nada ter o CDS a opor à audição requerida pelo PCP.

Finda a discussão, e uma vez submetida à votação pelo Presidente, o Requerimento do PCP, relativo à audição do Observatório da Emigração, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Ponto 7.

Foi lida a Ata n.º 2, referente à reunião da Comissão de 17 de Novembro, a qual, colocada à votação, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

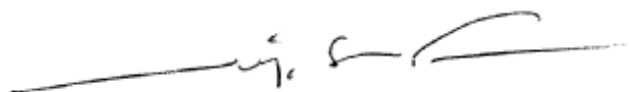
A finalizar, lembrou o Senhor **Presidente** que a próxima reunião terá lugar no dia 24 de Novembro, pelas 16 horas, pelo que, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20151124.mp3

Palácio de S. Bento, 24 de Novembro de 2015

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Conceição Bessa Ruão
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
João Oliveira
Lara Martinho
Maria Germana Rocha
Maria João Ávila
Nuno Magalhães
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Rosa Maria Bastos Albernaz
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral
Carla Cruz
Carla Tavares
Fernando Jesus
Paulo Rios de Oliveira

Faltaram os Senhores Deputados seguintes:

Domicilia Costa
Eduardo Cabrita
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar o Senhor Deputados que segue:

Tiago Brandão Rodrigues

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 9/12/2015.